



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

DOMINGO E SEGUNDA, 20 E 21 :: outubro :: 2013

UMA FAÇANHA BRASILEIRA: SOCIALIZAMOS A IMPUNIDADE

Dizia-se, faz pouco tempo, que no Brasil quem fosse rico, tivesse disponível muito dinheiro pagando advogados e usando os recursos possíveis para protelar, jamais seria preso, mesmo se houvesse praticado o mais hediondo dos crimes. Dizer-se, ainda, que no Brasil somente pobre vai para a cadeia é uma desconcertante inverdade. O Brasil, certamente, é hoje o único país do mundo que conseguiu socializar o privilégio da impunidade.

Não só concedemos de forma ampla geral e irrestrita o estranho e coletivo prêmio da imunidade à prisão. Fomos mais longe ainda. Chegando aos 28 anos de experiência democrática permitimos aos bandidos ainda nas penitenciárias, que, de fato, comecem a comandar o país. Isso ocorre com a solícita ajuda da Justiça que, por exemplo, acaba de negar em São Paulo o pedido de prisão para 176 integrantes de uma ousada quadrilha com ramifica-

ções em vários estados, controle absoluto das penitenciárias, infiltração nas polícias, presente na desordem das ruas, e até planejando o assassinato do governador paulista. Joga-se ao lixo o resultado de uma longa investigação realizada pelo Ministério Público e pela Polícia. Nessas constatações não vai nenhum rastro de saudosismo em relação à ditadura, muito pelo contrário, trata-se, quase, de um sofrido desabafo diante da constatação de que falhamos clamorosamente na construção de um processo civilizatório de cidadania, e assim, os valores democráticos se perderam, e tanto se desencaminharam que estamos agora a confundir desordem, baderna, desrespeito, com franquia democrática. Nesse clima, onde o princípio de autoridade se esvai demolido pela covardia ou incompetência de quem deveria preservá-lo, os nostálgicos do autoritarismo já andam a imaginar desmioladas aventuras, enxergando o país à beira do abismo e querendo oferecer uma mão forte, autoritária, para ampará-lo antes

da queda final. Essa mão que simboliza o arbítrio, é absolutamente desnecessária. O que precisamos é sair da perigosa letargia, da omissão mofina, e, dentro do campo democrático buscar os instrumentos válidos e legais para montar a estratégia de defesa da democracia, onde se inclui o direito de reprimir a baderna e enclausurar os baderneiros. Há meses a população das duas maiores cidades do país vem sendo diariamente aterrorizada por grupos organizados que deflagraram a guerrilha urbana. São marginais, na maioria vestindo grifes, que não se movem inspirados por ideologias ou por reivindicações racionalmente explicitadas. Aproveitaram-se daquele momento que poderia ter sido um marco da nossa evolução democrática e transformaram as ruas em campo de batalha. É o fascismo que não se reconhece, e se identifica por farsa ou ignorância com as bandeiras negras do anarquismo.

Em Portugal, no mês de maio, houve em escala reduzida uma baderna semelhante às que aqui não pa-

ram de ocorrer. Sete líderes dos desordeiros foram identificados, presos, e já estão condenados. Aqui, a polícia prende e a justiça solta, enquanto a OAB e entidades que equivocadamente se dizem defensoras dos direitos humanos, intrometem-se em um campo que desconhecem, querendo ditar normas sobre quais os meios que os policiais deverão empregar para reprimir quem depreda, lança bombas incendiárias, e agora começa a usar também armas de fogo. A baderneiros querem que lhes levem flores?

Some-se a essa situação esdrúxula de hipócrita tolerância ou acomodação oportunista, à ineficácia do nosso emaranhado de leis desconectadas da realidade dura e perigosa que vivemos, e se chegará, então, à triste evidência de que o caos nos ameaça sob a sombra protetora de um inerme Estado Democrático de Direito.